

PASSIVO	
Capital	400:000\$000
Fundo de reserva	26:000\$000
Fundo de reserva disponível para prejuízos imprevistos	59:031\$638
Depósitos a prazo	15:695\$105
Depósitos à ordem	69:352\$128
Dividendos a pagar	2:301\$000
Créditos gerais	1:692\$751
Valores depositados	14:533\$000
Lucros e perdas	25:011\$479
	<u>614:149\$701</u>

Lamego, Banco do Douro, em 31 de Janeiro de 1912.—Os Directores, *António A. de Andrade*—*Fausto Mendes Teixeira de Magalhães*.—O Guarda-livros, *Augusto César de Moraes Coutinho*.

Está conforme o duplicado que fica arquivado nesta Repartição da Fiscalização das Sociedades Anónimas, em 26 de Dezembro de 1912.—O Inspector Geral, *José Maria Pereira*.

Conselho Superior da Administração Financeira do Estado

Secretaria Geral

2.ª Repartição

1.ª Secção

Nos termos do regimento e para os efeitos legais publicam-se, por extracto, os seguintes acórdãos:

Processo n.º 1:404.—Relator o Ex.º Vogal Dr. Aresta Branco.—Responsável Jorge Raposo Pimentel, na qualidade de encarregado da estação telégrafo-postal de Feteiras, desde 1 de Julho até 19 de Dezembro de 1910, foi julgado quite por acórdão definitivo de 10 de Agosto de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo nas seguintes espécies:

Selos e mais fórmulas de franquia	4\$000
Selos de porteado	\$800
Rendimento telegráfico nacional	3\$145
Total — Réis	<u>7\$945</u>

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 2:130.—Relator o Ex.º Vogal Pais de Figueiredo.—Responsável Alfredo Nunes Ribeiro, na qualidade de recebedor do concelho de Aljustrel, desde 1 de Julho de 1909 até 30 de Junho de 1910, foi julgado quite por acórdão definitivo de 5 de Abril de 1913, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro	13:329\$796
Documentos de cobrança de corpos administrativos	6:944\$926
Valores selados	2:666\$461
Dinheiro	83\$255
Selos para a caixa de aposentação das classes operárias	84\$200
Total — Réis	<u>23:108\$638</u>

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:400.—Relator o Ex.º Vogal José de Cupertino Ribeiro Júnior.—Responsável José Pereira de Macedo, na qualidade de recebedor do concelho de Penamacor, desde 16 de Março de 1909 até 30 de Junho de 1910, foi julgado quite por acórdão definitivo de 3 de Agosto de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro	11:351\$608
Documentos de cobrança dos corpos administrativos	5:057\$997
Valores selados	2:306\$343
Dinheiro	141\$500
Total — Réis	<u>18:857\$448</u>

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 2:146.—Relator o Ex.º Vogal Manuel de Sousa da Câmara.—Responsável Paulo Cabral Coutinho de Lucena, na qualidade de recebedor do concelho de Alandroal, desde 4 de Maio até 30 de Junho de 1911, foi julgado quite por acórdão definitivo de 12 de Abril de 1913, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro	9:335\$642
Documentos de cobrança de corpos administrativos	3:592\$604
Valores selados	3:257\$494
Dinheiro do Tesouro	75\$438
Total — Réis	<u>16:261\$178</u>

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 2:165.—Relator o Ex.º Vogal José de Cupertino Ribeiro Júnior.—Responsável António Jorge Branco, na qualidade de recebedor do concelho do Sobral de Monte Agraço, desde 1 de Julho de 1908 até 30 de Junho de 1909, foi julgado quite por acórdão definitivo de 12 de Abril de 1913, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro	6:241\$142
Documentos de cobrança de corpos administrativos	2:454\$119
Valores selados	1:493\$975
Selos para a Caixa de Aposentação das classes operárias	91\$700
Total — Réis	<u>10:280\$936</u>

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 2:168.—Relator o Ex.º Vogal José Tristão Pais de Figueiredo.—Responsável Manuel Baptista Pinto de Andrade, na qualidade de recebedor do concelho da Moita, desde 1 de Julho de 1905 até 30 de Junho de 1907, foi julgado quite por acórdão definitivo de 12 de Abril de 1913, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro	19:159\$516
Documentos de cobrança de corpos administrativos	3:137\$321
Valores selados	1:748\$555
Total — Réis	<u>24:045\$392</u>

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 2:181.—Relator o Ex.º Vogal João Evangelista Pinto de Magalhães.—Responsável Bernardo da Costa Godinho de Sampaio e Melo, na qualidade de recebedor do concelho de Ceia, desde 1 de Julho de 1908 até 30 de Junho de 1909, foi julgado quite por acórdão definitivo de 12 de Abril de 1913, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro	14:150\$116
Documentos de cobrança de corpos administrativos	6:706\$555
Valores selados	5:722\$263
Total — Réis	<u>26:578\$934</u>

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 2:179.—Relator o Ex.º Vogal João José Dinis.—Responsável Francisco de Almeida Penedo, na qualidade de recebedor do concelho de S. João da Pesqueira, desde 1 de Julho de 1909 até 30 de Junho de 1910, foi julgado quite por acórdão definitivo de 12 de Abril de 1913, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro	34:558\$378
Documentos de cobrança de corpos administrativos	18:600\$943
Valores selados	2:412\$514
Dinheiro	2:982\$968
Total — Réis	<u>58:554\$803</u>

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 2:173.—Relator o Ex.º Vogal José de Cupertino Ribeiro Júnior.—Responsável António Agostinho Coelho da Silva, na qualidade de recebedor do concelho de Caminha, desde 1 de Julho de 1908 até 30 de Junho de 1909, foi julgado quite por acórdão definitivo de 12 de Abril de 1913, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro	13:300\$622
Documentos de cobrança de corpos administrativos	1:253\$729
Valores selados	4:167\$912
Dinheiro	952\$639
Total — Réis	<u>19:674\$902</u>

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:089.—Relator o Ex.º Vogal Dr. Aresta Branco.—Responsável José Bernardino Teixeira Moutinho, na qualidade de recebedor do concelho de Murça, desde 1 de Julho de 1905, até 30 de Junho de 1907, foi julgado quite por acórdão definitivo de 18 de Maio de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro	10:069\$116
Documentos de cobrança de corpos administrativos	8:193\$159
Documentos de cobrança da Câmara	7:136\$752
Valores selados	2:566\$395
Papéis de crédito	8:219\$562
Dinheiro do Tesouro	151\$694
Dinheiro da Câmara	330\$250
Total — Réis	<u>36:666\$928</u>

que passou a débito da conta imediata.

Está conforme.—1.ª Secção da 2.ª Repartição da Secretaria Geral do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 15 de Abril de 1913.—*Bernardo de Figueiredo Ferrão Freire*, chefe de repartição.

Por terem saído inexactos se publicam novamente os seguintes extractos de acórdãos:

Processo n.º 2:136.—Relator o Ex.º Vogal Nunes da Mata.—Responsável Augusto Vieira de Campos, na qualidade de recebedor do concelho de Coimbra, desde 1 de Julho de 1910 até 30 de Junho de 1911, foi julgado quite por acórdão definitivo de 5 de Abril de 1913, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro	102:897\$850
Documentos de cobrança de corpos administrativos	26:080\$030
Valores selados	29:752\$038
Dinheiro do Tesouro	1:280\$147
Total — Réis	<u>160:010\$065</u>

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 2:133.—Relator o Ex.º Vogal Pinto de Magalhães.—Responsável João Maria Ribeiro Calisto, na qualidade de recebedor do concelho de Mira, desde 1 de Julho de 1909 até 30 de Junho de 1910, foi julgado quite por acórdão definitivo de 5 de Abril de 1913, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro	3:046\$443
Documentos de cobrança de corpos administrativos	443\$448
Valores selados	962\$085
Dinheiro do Tesouro	331\$656
Total — Réis	<u>4:783\$632</u>

que passou a débito da conta imediata.

Está conforme.—1.ª Secção da 2.ª Repartição da Secretaria Geral do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 17 de Abril de 1913.—*Bernardo de Figueiredo Ferrão Freire*, chefe de repartição.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Majoria General da Armada

1.ª Repartição

3.ª Secção

Por decretos de 12, com o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 15 do corrente mês:

Capitão de mar e guerra, Francisco de Assis Camilo—nomeado presidente da Comissão de Estudos dos Serviços do Estado Maior da Armada, criada por decreto de 5 do corrente mês.

Primeiro tenente, Carlos Mariano de Carvalho, que se achava na situação de licença ilimitada e fora do quadro—mandado regressar ao serviço da arma, desde 9 do corrente mês, ficando supranumerário no respectivo quadro, enquanto nele não houver vaga.

Guarda-marinha maquinista, Juvenal Samuel da Silva, guarda-marinha maquinista condutor, Francisco Simões Pires, e guarda-marinha da administração naval, Carlos Pereira Madruga de Sousa Bentes—mandados passar à situação de comissão nas colónias (marinha colonial), sendo nesta situação considerados respectivamente, o primeiro desde 8, o segundo desde 6, e o último desde 3 do corrente mês, não saindo ainda estes oficiais dos seus respectivos quadros, em virtude do preceituado na restrição 2.ª do artigo 26.º, da lei de 10 de Julho de 1912.

Guarda-marinha, Alvaro Vieira Gomes, nos termos do artigo 4.º, do decreto de 14 de Fevereiro de 1911, aclarado com o decreto de 23 de Agosto do mesmo ano—reformado no mesmo posto, com o vencimento mensal de 35 escudos, por ter sido julgado incapaz de todo o serviço pela Junta de Saúde Naval, em sua sessão de 4 do corrente mês, contar mais de vinte e menos de vinte e um anos de serviço para efeitos de reforma e ter a Repartição de Contabilidade de Marinha informado haver saldo no capítulo 6.º, artigo 23.º, da actual tabela de despesa de marinha, para ocorrer ao pagamento da resultante com a reforma deste oficial.

Majoria General da Armada, em 18 de Abril de 1913.—O Major General da Armada, *J. M. Teixeira Guimarães*.

2.ª Repartição

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, nomear uma comissão composta dos oficiais abaixo mencionados, para estudar e adaptar à marinha o projecto de regulamento disciplinar do exército, devendo introduzir-lhe as alterações convenientes que tornem prática a sua aplicação a bordo, quer nos portos do continente, quer no mar ou em estações longínquas, no estrangeiro ou no ultramar.

Capitão de mar e guerra, João Augusto da Mota e Sousa.

Capitão de fragata, Alfredo Guilherme Howell.

Consultor do Ministério, Bacharel Alberto Teixeira de Sampaio.

Capitão-tenente, Adriano Teixeira Sarmento Saavedra.

Primeiro tenente, Fausto Artur de Brito e Abreu.

Pagos do Governo da República, em 17 de Abril de 1913.—O Ministro da Marinha, *José de Freitas Ribeiro*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos

1.ª Repartição

Por ordem superior se faz público que, segundo comunicação da legação dos Países Baixos, foi depositado na Haya, em 24 de Fevereiro último, o acto de adesão da Espanha à 9.ª convenção da segunda conferência da paz de 1907, relativa ao bombardeamento pelas forças navais em tempo de guerra.

Direcção Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos, em 18 de Abril de 1913.—*Joaquim do Espírito Santo Lima*.

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares

2.ª Repartição

Nesta data são enviadas à Caixa Geral de Depósitos as quantias de: 185\$865 réis, produto líquido do espólio